



Nos, lideranças indígenas e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI, representando a população indígena do RS, e com a responsabilidade de enfrentar as difíceis condições de vida da nossa população, estamos trabalhando e conversando muito entre nós e as instituições públicas para produzir a melhoria das nossas condições de vida e superar os grandes problemas com os quais vivemos e que tanto nos afligem.

Temos resistido bravamente ao histórico processo de extermínio imposto aos nossos povos desde a chegada dos europeus em nossas terras. Aqui no sul do Brasil, reconhecemos uma melhoria das condições de vida de nossas famílias, que vem ocorrendo principalmente nas últimas quatro décadas, a partir dos anos de 1980 para cá. Uma parte significativa de nossas comunidades que viviam à beira das rodovias ou amontoadas nas poucas terras indígenas, foram progressivamente se reorganizando em novas áreas e reconquistando partes de suas terras. Hoje ainda persistem um número significativo de acampamentos às margens de rodovias, mas em número muito menor do que no passado.

Entendemos que este processo deve continuar até ser concluído quando todas as comunidades possam ter um lugar tranquilo e seguro para viver de forma digna. Para isto, existem diversas formas de solução: o reconhecimento das terras tradicionais, amparado pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988; a aquisição de terras próprias; a destinação de terras públicas disponíveis, conforme o Art. 14º *Das Disposições Transitórias* da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1999; o recebimento de terras em troca de dívidas com o Estado, UNIÃO e Municípios; as aquisições de áreas com recursos compensatórios de grandes obras públicas ou privadas, como é o caso das duplicações das Rodovias BR 101, BR 386, BR 116, que demonstraram ser experiências altamente positivas e eficazes.

Necessitamos agora melhorar as condições para vivermos nestas terras que na grande maioria são degradadas e/ou pobres em recursos necessários.

Preocupados em ajudar a orientar o Estado do Rio Grande do Sul a organizar as diferentes políticas públicas ofertadas pelos Órgãos e Secretarias de Estado, vimos manifestar a nossa preocupação com a insuficiência das condições dos órgãos públicos para dar conta das nossas diferentes demandas.

Nesse sentido, vimos manifestar a nossa surpresa, neste momento, com mudanças que estão ocorrendo na equipe de funcionários na Divisão Indígena do Departamento de Desenvolvimento Agrário da Secretaria Estadual da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural.



A agricultura e a criação de pequenos animais e a disponibilidade dos recursos naturais, são a principal fonte de nossa sobrevivência, atualmente e especialmente neste momento em que pela Pandemia, per sofremos com muitas restrições impostas pelo isolamento social, como a venda de nossos artesanatos. Então, precisamos redirecionar nossas forças para prevenir e garantir nossa sobrevivência nos momentos muito difíceis que estamos vivendo e que ainda estão por vir. Precisamos dialogar com as famílias que perderam a renda do artesanato e as que não podem circular para coletar os recursos naturais fora das terras indígenas para redirecionar suas forças para produção agropecuária e o manejo ambiental dos recursos naturais de nossas terras, como forma de reforçar as garantias nutricionais e a nossa segurança alimentar.

Neste contexto de pandemia, mais do que nunca, precisamos de muito apoio e este apoio necessita ser especializado e adequado a nossa forma de compreender as coisas, de acordo com o nosso modo de vida, com nossa lógica cultural e tradicional. E este apoio à agricultura vinha sendo construído em uma junção de esforços de um grupo de trabalho GT que foi proposto pela Secretaria Estadual de Justiça Cidadania e Direitos Humanos em audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, com a participação da Secretaria Estadual de trabalho e Assistência Social, Secretaria de Saúde e da Secretaria da Agricultura através da Divisão Indígenas. Nos últimos anos, o Estado vem se sensibilizando e se adequando para nos atender minimamente, no entanto, a remoção de pessoas, de nossa referência e confiança, na equipe da Divisão Indígena inverte os pequenos, mas significativos avanços que vem sendo feitos, nos últimos anos, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Entendemos que a regularização das áreas em que hoje vivemos; a recuperação das terras degradadas que nos foram devolvidas; a reorganização e o fortalecimento da produção de alimentos, necessários para a nossa sobrevivência; a recuperação ambiental das nossas terras; a estruturação de sistemas de obtenção de renda; um programa de construção de habitações; a construção de infraestrutura produtiva e de sobrevivência; o acesso à tecnologias para dar autonomia à nossa produção; a reconquista de nossas matas com a obtenção das espécies de plantas e sementes tradicionais em todas as aldeias; a organização de uma rede de formação de troca e de construção de informações; a assistência técnica e muitas outras atividades são de competência da Secretaria da Agricultura.

Para tanto, necessitamos de uma equipe qualificada, com perfil adequado e que se disponham a trabalhar com a compreensão que as nossas comunidades demandam, em conjunto com as prefeituras municipais, com a FUNAI, com a SESAI, com as Escolas e com as famílias de acordo com as nossas diferenças. Neste sentido, não é desarticulando a pequena equipe que foi constituída com muito esforço, que vamos alcançar nossos direitos, mas sim, qualificando-a e dando as condições necessárias para dar conta desta complexa tarefa que é a relação dos povos indígenas com as instituições, facilitada pela equipe da Divisão Indígena que tem conhecimento acumulado de nossas culturas.



Ainda, aproveitando a oportunidade, manifestamos a nossa preocupação com a redução anual do orçamento destinado por esta Secretaria para a Rubrica Etnosustentabilidade e Segurança Alimentar das comunidades indígenas desta Secretaria e solicitamos que o Orçamento Anual e Plurianual seja discutido e trabalhado conosco, através do CEPI (como sempre foi) e Secretaria, antes de ser encaminhado para a Assembleia Legislativa, garantindo que o valor necessário nos seja garantido.

Assim, solicitamos a necessária manutenção da equipe existente na Divisão Indígena e também a ampliação e qualificação da mesma, dando condições de trabalho e estabilidade à mesma de tal forma que se mantenha de forma permanente e continuada, uma vez que esta qualificação é muito importante para os indígenas do estado Rio Grande do Sul.

Esta equipe, atual de divisão indígena vem trabalhando de forma integrada com as comunidades kaingang e guaranis há mais de 20 anos por este motivo nos não aceitamos a troca destes profissionais Ignácio Kunkel e Márcia Londero.

“Nós queremos a construção de uma política íntegra entre governo e indígenas”

Coordenador kaingang

Deoclides de Paula

Coordenador guarani

Claudio Acosta